



Caseiro nega a senadores ter confessado crime

Suspeito de ter participado da morte do coronel Paulo Malhões mudou versão apresentada à polícia civil e disse a senadores não ter nenhum envolvimento com o fato

Grupo de senadores da Comissão de Direitos Humanos esteve ontem no Rio de Janeiro para acompanhar as investigações sobre a morte do coronel reformado Paulo Malhões, que havia

confessado participação em crimes de tortura durante a ditadura militar.

A senadora Ana Rita disse que solicitará imediatamente auxílio jurídico para o caseiro, além de proteção à família dele. **6**



Pedro Franco/Agência Senado

Renan (C) fala a Eduardo Braga e Aloysio Nunes, líderes do governo e da oposição

CPI da Petrobras será definida hoje pelo Congresso

Senadores e deputados farão sessão conjunta hoje, às 20h, para decidir se as denúncias de irregularidades na estatal do petróleo serão investigadas

em um colegiado misto ou apenas com senadores. PMDB indicou Vital do Rêgo para a presidência da CPI, caso ela seja instalada somente no Senado. **8**

Tomaz Silva/ABR



João Capiberibe, Ana Rita e Randolfe Rodrigues se reúnem com representantes da Polícia Civil do Rio de Janeiro durante diligência da Comissão de Direitos Humanos

Autorizados quatro empréstimos no total de R\$ 3 bilhões para São Paulo 4

Avança projeto que muda a Lei Geral da Copa para aumentar segurança 7

Financiamento da educação em debate interativo hoje 7

País reduzirá gases do efeito estufa, avaliam debatedores 3

Plenário aprova indicação de embaixador na Suécia 5

Artista Glênio Bianchetti é homenageado no Congresso 2

Interlegis lança ferramenta para transparência no Legislativo 2

Ministro pede aprovação de leis para Ciência e Tecnologia

Em audiência no Senado, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina, falou

da importância de projetos em tramitação para garantir salto tecnológico e de inovação no país. **5**

Lia de Paula/Agência Senado



Clelio Campolina falou aos senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre as prioridades e as ações da pasta para 2014



Gerardo Magela/Agência Senado

Wagner Silva (CGU), ministro Francisco Teixeira, senador Vital do Rêgo e Juliana Monteiro (TCU) durante o debate

Obra no São Francisco termina em 2015

A previsão foi feita ontem pelo ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, em audiência pública no Senado. Segundo ele, 75% do trabalho de transpo-

sição do rio será concluído até dezembro. O projeto visa garantir água para 12 milhões de pessoas em 390 municípios do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. **3**

Interlegis lança pacote sobre leis de transparência

Órgão do Senado anuncia, durante encontro com representantes de mais de 20 estados, ação para auxiliar câmaras municipais e assembleias estaduais a facilitar o acesso dos cidadãos à informação

METADE DAS CÂMARAS municipais do país não tem portal na internet. O resultado de levantamento, feito por técnicos do Interlegis, mostra uma realidade trágica, segundo Francisco Etelvino Biondo, coordenador de Formação e Atendimento à Comunidade Legislativa do programa. Por isso, o Interlegis está propondo uma espécie de pacote para ajudar essas Casas a cumprirem a legislação e a dar transparência ao cidadão.

Biondo falou sobre a evolução do conceito de transparência e as previsões legais, ontem, no 5º Encontro de Representantes Interlegis nas Assembleias e no 23º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), realizados na sede do Interlegis, com representantes de mais de 20 estados. Ele mencionou o clamor da sociedade por participação e acrescentou que a legislação prevê punições para as instituições que não cumprirem a Lei de Transparência.

O pacote inclui a Certificação Interlegis de Transparência, que seria concedida às câmaras que adotarem as ferramentas que o programa oferece. Para atingir a meta — faltam cerca de 2,8 mil câmaras —, Biondo propôs uma campanha nas assembleias e câmaras de capitais e das escolas do Legislativo.

A segunda-secretária do Senado, Ângela Portela, destacou a importância das ações para



Biondo propõe uma campanha para as Casas legislativas aderirem ao programa

que o Brasil tenha um Legislativo moderno e transparente. — É uma satisfação ver que o Senado, esta instituição quase bicentenária, não ficou atrás no uso da tecnologia, e o Interlegis é a prova mais evidente.

Mulher na política

Ângela elogiou a inclusão do debate sobre aumento da participação da mulher na política nos encontros. A criação de procuradorias da Mulher é um dos temas da reunião que a Abel fará. As escolas terão como meta incentivar a criação de ouvidorias nas Casas às quais estão vinculadas, segundo o presidente da entidade, Florian Madruga.

Rogério Ventura, diretor de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados, enfatizou a necessidade de investimentos em capacitação. Ele anunciou que a Câmara já está finalizando o processo de credenciamento, pelo Ministério da Educação, de cursos de especialização presenciais e a distância.

A diretora-executiva do Interlegis, Elga Lopes, falou da fusão do órgão com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e incentivou a troca de ideias. A diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka, ressaltou a importância da educação e do aumento da participação popular no processo político.

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, garantiu que as exigências de contenção de despesas não vão comprometer as ações de capacitação.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) compartilhou a experiência como ouvidora no Senado dizendo que a Ouvidoria precisa ser um canal que responda de forma direta e verdadeira ao cidadão. A senadora disse que a Lei de Acesso à Informação foi importante para as ouvidorias porque reforçou o direito do cidadão. Ela também fez um apelo aos presentes para que todos se juntem no esforço de implantar ouvidorias nas Casas.

Congresso homenageia Glênio Bianchetti

O artista plástico Glênio Bianchetti, falecido em fevereiro deste ano, aos 86 anos, foi homenageado em sessão solene do Congresso ontem. Considerado um dos grandes nomes da arte brasileira contemporânea, ele foi elogiado por parlamentares, amigos e admiradores.

A cerimônia, no Plenário do Senado, contou também com a presença da esposa de

Bianchetti, Ailema de Bem, filhos e netos.

Nos depoimentos, um ponto comum foi o reconhecimento não apenas dos múltiplos talentos, mas também da dimensão humana, da visão social e da coragem do artista. Um dos fatos citados foi o pedido de exoneração da Universidade de Brasília, onde ingressou em 1962, compondo o grupo de professores mobilizados

pelo fundador Darcy Ribeiro. Mesmo com seis filhos para criar, Bianchetti optou por sair, em solidariedade a colegas cassados pelo regime militar.

— Ele foi um inconformado, uma qualidade que, temos de reconhecer, falta muito hoje em dia, quando as pessoas se acomodam por serem que não podem mudar as coisas — afirmou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Ana Amélia (PP-RS) observou que Bianchetti era um artista completo, sendo apontado como “gênio”, dada a diversidade de expressões artísticas que explorou. Além de pintor, foi gravador, ilustrador, tapeceiro e desenhista. Para registrar a admiração, Paulo Paim (PT), também da bancada gaúcha, criou e leu um poema dedicado ao artista por ele considerado um “baluarte” dos direitos humanos no país.



Cristovam foi um dos proponentes da sessão que lembrou o artista gaúcho

Lídice da Mata exalta devolução simbólica de mandato a prefeito

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a devolução simbólica do mandato do prefeito de Feira de Santana, Chico Pinto, casado em 1964 pelo regime militar. Para a senadora, esse é um gesto de justiça à trajetória de um político que se notabilizou pela defesa da democracia e pelo respeito às demandas populares. Lídice registrou a



Waldemar Barreto/Agência Senado

luta de Chico Pinto em defesa do mandato do presidente João Goulart e, quando deputado federal na década de 1970, na resistência à ditadura.

— Restituir seu mandato é uma resposta da história aos atos autoritários que afastaram da vida pública homens de bem como Chico Pinto, cuja memória não se desfez — afirmou.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A sessão tem a pauta trancada por duas medidas provisórias: MP 630/2013, que estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, e a MP 631/2013, que facilita o repasse de dinheiro para áreas de risco de desastres.

PRESIDÊNCIA Microempresas

11h Renan Calheiros participa de solenidade de assinatura dos autógrafos de projeto sobre micros e pequenas empresas; às 11h30, recebe o presidente do Instituto Chico Mendes, Roberto Ricardo Vizin; às 11h30, o coordenador do Programa das Américas do Comitê para Proteção de Jornalistas, Carlos Lauria. Às 16h, preside a ordem do dia e, às 20h, sessão do Congresso.

CI Fiscalização de obras

7h30 Burocracia, excesso de exigências de licenciamento e rigor na fiscalização de obras é tema de audiência da Comissão de Infraestrutura que integra o ciclo de debates sobre gestão de investimento público. Após a audiência, a comissão analisa duas indicações para o Dnit. Pode ser votado também projeto que desonera o transporte urbano intermunicipal.

CAS Documento por meio eletrônico

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que permite emissão de carteira de trabalho por meio eletrônico. Outro dá incentivo tributário a empresas que ajudem na capacitação de jovens

CDR Facilidade para exportação

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo pode votar projeto que cria uma zona de processamento de exportação em Foz do Iguaçu (PR).

CCJ Cota para negros em concurso

10h A reintegração dos funcionários da Caixa Econômica Federal demitidos no período de 1995 a 2003 está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Também pode ser analisada proposta que reserva aos negros 20% das vagas em concursos públicos.

CE Profissionalização da capoeira

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove audiência pública sobre profissionalização da atividade de capoeira. Entre os convidados, está Célia Maria Corsino, diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

EDUCAÇÃO Financiamento

14h A comissão criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação faz audiência pública. Estão convidados Alejandra Velasco, do movimento Todos pela Educação; e Ildivaldo Bodião, do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

CMO Crédito suplementar

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para votar projeto que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para o Ministério das Cidades.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, reunião da **Comissão de Infraestrutura**; às **10h**, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Ao lado do representante da CGU, o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, explica o andamento das obras

Obras no Rio São Francisco engrenaram, diz ministro

Francisco Teixeira garante que 57,8% das obras estão concluídas e que, até dezembro, avançarão para 75%. Fiscais do TCU e da CGU elogiaram os ajustes no projeto original e viram melhorias na gestão

AS OBRAS DE transposição de águas do Rio São Francisco ganharam ritmo e deverão ser concluídas até 2015, garantiu o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira.

Ele afirmou que 75% das obras do projeto de integração do rio — que deve garantir água para 12 milhões de pessoas em 390 municípios de Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte — serão concluídos até dezembro. Segundo o governo, 57,8% do total previsto já está concluído, um avanço de 2% de março a abril. Até fevereiro, o projeto apresentava 55,5% de execução física. No mês, as obras haviam totalizado R\$ 4,56 bilhões em valores executados, do total de R\$ 8,2 bilhões estimados para a conclusão da obra.

— Graças a Deus choveu, mas as chuvas atrapalham um pouco as obras. [...] Teremos oito meses sem chuva, o que vai permitir evoluir a mais de 2% até o fim do ano — disse.

O balanço das obras no Rio São Francisco foi apresentado em audiência pública da comissão criada no Senado para acompanhar o projeto do governo federal.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, mais de 10 mil funcionários trabalham atualmente nas obras que incluem recuperação de 23 açudes e construção de 27 reservatórios, 9 estações de bombeamento, 14 aquedutos e 4 túneis exclusivos para passagem de água.

— Estamos trabalhando dia e noite no eixo norte e vamos começar a trabalhar em maio dia e noite no leste, porque qualquer dia que a gente antecipe nas obras vai amenizar o sofrimento que a população está vivendo por causa da seca — disse o ministro.

De acordo com Teixeira, o período mais crítico das obras ocorreu em 2011 e 2012, quando algumas empresas aban-

donaram o empreendimento. Outro problema enfrentado pelo governo foram greves de trabalhadores que paralisaram o projeto. Mas, segundo o ministro, esse período foi superado.

Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), que preside a comissão do Senado, é preciso divulgar de forma mais clara os avanços das obras para a população. Ele pediu que o colegiado tenha acesso em tempo real aos dados. Ele avalia que o andamento das obras voltou a atender o cronograma estabelecido pelo governo federal.

— Estamos em uma missão de guerra pela água. Nossa guerra ainda não está vencida, mas, quando vejo a apresentação do ministro, me sinto vitorioso. Lamento muito que meus irmãos paraibanos não tenham conhecimento dos 57% da obra concluída — afirmou.

Fiscalização

Representantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), que têm acompanhado o andamento das obras, elogiaram ajustes promovidos no projeto original e melhorias na gestão e na fiscalização.

Para a secretária de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias do TCU, Juliana Pontes de Carvalho, as obras atingem atualmente o ápice de execução.

— As obras andam realmente bem engrenadas. Quando visitávamos essas obras em 2008 e 2009, sentíamos que o ministério não tinha o controle. Hoje, quando a gente visita, os técnicos sabem do que estão falando — disse.

O TCU também considera que o Ministério da Integração está corrigindo rapidamente os problemas de sobrepreço identificados nas obras. De acordo com a secretária, 90% dos problemas apontados já foram corrigidos pela pasta.

O diretor de Auditoria de Infraestrutura da CGU, Wagner Rosa da Silva, considerou acertada a decisão do governo de delegar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) a operação do sistema de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

— Ainda tem muita obra pela frente, mas parece que as coisas agora estão mais bem encaminhadas. Para 2014, nossa expectativa é acompanhar esse novo papel da Codevasf na operação e manutenção da transposição do São Francisco — afirmou.

Projeto

Orçado em cerca de R\$ 8 bilhões, o projeto, iniciado em 2007, contempla 477 quilômetros de canais (mais do que a distância entre Rio de Janeiro e São Paulo), formando os eixos norte, que vai de Cabrobó (PE) a Cajazeiras (PB), e leste, com início em Floresta (PE) e término em Monteiro (PB), que conduzirão a água no semiárido nordestino.

Com 28% da população brasileira, o Nordeste tem 3% da disponibilidade de água e uma irregularidade na distribuição de recursos hídricos.

As metas de execução são 16 lotes de obras, e dois estão concluídos: os canais de aproximação dos eixos norte e leste. Os outros 14 lotes estão em atividade: lote 1, em Cabrobó (PE); lotes 2, 3 e 8, em Salgueiro (PE); lote 4, em Verdejante (PE); lote 5, em Brejo Santo (CE); lote 6, em Mauriti (CE); lotes 7 e 14, em São José de Piranhas (PB); lotes 9 e 13, em Floresta (PE); lotes 10 e 11, em Custódia (PE); e lote 12, em Sertânia (PE). Segundo o ministério, as obras do eixo norte funcionam 24 horas por dia em Salgueiro, Cabrobó, Jati (CE), Mauriti, Brejo Santo e São José de Piranhas.

Debatedores acreditam que Brasil vai reduzir emissões

Debatedores presentes em audiência pública realizada ontem na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas acreditam que o Brasil cumprirá a meta de redução de gases de efeito estufa estipulada na Lei 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Por meio dessa lei, o Brasil oficializa o compromisso nacional voluntário junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de reduzir, até 2020, de 36,1% a 38,9% a emissão de gases de efeito estufa.

A representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Danielly Godiva Santana, explicou que a redução mais significativa do país em termos de emissões foi no setor da mudança do uso da terra e florestas. Danielly afirmou que, entre 2005 e 2011, houve uma diminuição de 36% dos gases poluentes devido à redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Segundo ela, os dados levam o ministério a acreditar que o Brasil cumprirá o compromisso de redução para 2020.

Os deputados Alfredo Sirkis (PSB-RJ) e Sarney Filho (PV-MA) e o senador Inácio

Arruda (PCdoB-CE) criticaram a concessão de subsídios do governo para a indústria automobilística e para o uso da gasolina, assim como a construção de termelétricas e a falta de incentivo para o uso de energias limpas.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Thiago Mendes, destacou que, nos últimos quatro anos (2010–2013), houve uma redução de emissão superior a 610 milhões de toneladas de CO₂ somente na Amazônia e acrescentou que o número equivale ao valor total reduzido no Reino Unido entre 2008 e 2011.

Observatório

Via Skype, o representante do Observatório do Clima, Carlos Rittl, explicou que a rede foi formada em 2002 e, além de atuar nos temas sobre mudanças climáticas, busca estimular políticas públicas efetivas no Brasil.

Rittl explicou que o Observatório do Clima teve como iniciativa o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases do Efeito Estufa (Seeg) no Brasil, que disponibiliza dados sobre o tema a fim de ampliar a capacidade de compreensão da sociedade.



Entre Danielly Godiva e Thiago Mendes, deputado Sirkis preside audiência

Viana elogia regulamentação do Cadastro Ambiental Rural

Jorge Viana (PT-AC) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelo anúncio da regulamentação do Cadastro Ambiental Rural, que garante a implementação efetiva do novo Código Florestal, aprovado há dois anos pelo Congresso e que criou novas regras de proteção ambiental em propriedades rurais.

O anúncio foi feito durante a abertura da 80ª Expozebu, em Uberaba (MG), principal feira pecuária do país.

O cadastro é o sistema pelo qual cada proprietário de terra vai informar ao governo quais são e onde estão

áreas de produção agrícola e áreas com vegetação natural conservada.

O parlamentar lembrou que a falta de regulamentação do Cadastro Ambiental Rural era criticada por ambientalistas. Agora, os proprietários rurais terão prazo de um ano para regularizar as áreas de proteção ambiental.

— Eu não tenho dúvida de que o Brasil, a partir de agora, tem um instrumento mais adequado para fazer com que o mundo entenda que é para valer a decisão do país de mudar a agenda redutiva de desmatamento para a defesa do meio ambiente — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado aprova quatro empréstimos para São Paulo

Estado de São Paulo poderá contrair R\$ 3 bilhões em empréstimos com três diferentes instituições financeiras. Recursos serão utilizados na construção de linhas de trem, rodovias e na gestão da saúde

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem quatro autorizações de empréstimo para o estado de São Paulo junto a organismos internacionais, no valor total de US\$ 1,37 bilhão, correspondentes a R\$ 3,06 bilhões. As autorizações haviam sido aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela manhã e seguem agora para promulgação.

O primeiro empréstimo, no valor de 300 milhões de euros, deverá ser contratado com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para financiamento da implantação de novas linhas na malha ferroviária da Região Metropolitana de São Paulo, melhorando inclusive o acesso ao Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Outra operação será feita com a Corporação Andina de Fomento (CAF), dos Estados Unidos, no valor de até US\$ 204 milhões. O projeto prevê a construção e a ampliação



Lindbergh, ao lado de Luiz Henrique, preside sessão da CAE que aprovou empréstimos

da capacidade dos sistemas de drenagem e controle de inundações da Bacia do Rio Baquirivu-Guaçu, na região de Guarulhos. A obra deve beneficiar mais de 1,2 milhão de moradores, além de assegurar recuperação do meio ambiente.

Também foi autorizado empréstimo, no valor de até US\$ 480,14 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos se destinam ao financiamento parcial da primeira fase do

Programa de Investimento em Rodovias, cujo objetivo geral é melhorar a malha viária do transporte de cargas e passageiros do estado.

Por fim, foi aprovada autorização para contrato de empréstimo entre São Paulo e o BID, no valor de US\$ 270 milhões, para o fortalecimento da gestão estadual de saúde.

A importância dos empréstimos foi destacada pelos senadores de São Paulo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Comissão quer dívidas estaduais na pauta

Por sugestão do vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Luiz Henrique (PMDB-SC), integrantes do colegiado vão pedir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque na ordem do dia do Plenário o projeto que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios (PLC 99/2013).

Luiz Henrique espera que, no Plenário, prevaleça o mesmo acordo que permitiu à CAE e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovarem o projeto em 9 de

abril. Na avaliação de Luiz Henrique, que foi relator da matéria nas duas comissões, a presidente Dilma Rousseff só tem a ganhar se sancionar o projeto com a presença dos 27 governadores.

Entretanto, alguns senadores na base governista, como Gleisi Hoffmann (PT-PR), têm lembrado que o projeto integra um conjunto de iniciativas do governo federal sobre o pacto federativo, entre elas a reforma do ICMS e a convalidação dos incentivos fiscais, que não prosperaram no Congresso.

A CAE aprovou também audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para debater o endividamento dos estados. Segundo o autor do requerimento, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a participação das operações de crédito em relação à receita corrente líquida dos estados triplicou de 2008 a 2013. De acordo com Ferraço, em 2013, cerca de 63% dos investimentos feitos pelos estados foram executados com operações de crédito e, cinco anos antes, apenas 15%.

Simon critica adoção generalizada de regime especial de contratação



Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a emenda à MP 630/2013, que estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) a todas as licitações públicas de serviços e obras da União, estados e municípios. O regime especial foi adotado em 2011

para garantir um processo mais simples de licitação para os preparativos da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio. No ano passado, o governo editou a MP 630 para adotar o RDC em obras no sistema prisional, mas a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora da matéria, ampliou o regime para todas as licitações públicas. Para Simon, a aprovação do RDC para todas as licitações seria péssima para o país, por eliminar exigências previstas na Lei 8.666/1993 para evitar o superfaturamento em obras públicas. Além disso, para ele, as obras da Copa mostram que o RDC não foi boa medida.

Alvaro Dias classifica medida como desperdício de recursos públicos

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) do governo federal, que classificou de “desperdício dos recursos públicos”.

Adotado inicialmente para acelerar as obras da Copa do Mundo, o regime permite prazos mais curtos e procedimentos simplificados para a contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública.

A Medida Provisória 630/2013, que estende o RDC a todos os contratos públicos, foi editada no final de 2013 e tramita no Senado como projeto de lei de conversão. A matéria está na pauta de hoje do Plenário.

— O RDC representa uma forma de comprar potenciais bombas-relógio em termos de qualidade e durabilidade. Se o órgão contratante não definir o que quer, vai receber o que não quer — alertou o senador.



Avança MP que aumenta salário de servidores de agências

A comissão mista que analisou a Medida Provisória 632/2013 aprovou, ontem, a extensão do aumento salarial de 15% concedido a várias categorias do funcionalismo federal em 2012 a empregados das agências reguladoras federais, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Hospital das Forças Armadas, além do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral.

Os beneficiados receberão aumento de 10,25%, retroativo a janeiro, e outros 5% em janeiro de 2015.

A MP também prorroga até 16 de dezembro deste ano o prazo de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. Inicialmente, a comissão deveria apresentar o relatório

final ainda este mês.

O texto aprovado é o projeto de lei de conversão do relator, senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), à MP. Os parlamentares também aprovaram duas emendas ao projeto. A grande maioria das mudanças diz respeito à organização do funcionalismo público federal. A matéria agora será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Perito médico

Uma das emendas aprovadas concede às carreiras de perito médico previdenciário e supervisor médico pericial o direito à jornada de 30 horas semanais, sem redução do salário. Atualmente, pela lei 11.907/2009, somente os supervisores podem optar por essa carga de trabalho, mas com remuneração reduzida.

Jarbas Vasconcelos: reajuste do Bolsa Família é eleitoreiro

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) considerou eleitoreiro o reajuste do Bolsa Família e da tabela do Imposto de Renda (IR) anunciado na véspera do Dia Internacional do Trabalho (1º de maio) pela presidente Dilma Rousseff. Por isso, ele acha que a oposição fez bem ao pedir ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que se manifeste sobre o caso.

Segundo o parlamentar, não há porque falar em “pacote de bondades, mas em incompetência”, já que que o reajuste de 10% anunciado para o Bolsa Família “não repõe as perdas causadas pela inflação, especialmente a inflação dos alimentos, que atinge os bra-

sileiros mais pobres de forma devastadora”. Com relação à correção do IR, ele observou que foi pequena a ponto de a presidente nem citar o índice de 4,5% no pronunciamento. O senador advertiu que o reajuste é menor até que a estimativa de inflação para este ano, fixada em 6%.

— O eleitor brasileiro não é bobo. Ele não vai se iludir com essas medidas populistas. O governo deveria, isso sim, propor regras claras para a correção do Bolsa Família e da tabela do IR. Dilma não o faz porque pretende continuar usando esse reajuste para politicagem, como se os recursos fossem de sua conta corrente — alertou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner questiona construção de porto no Uruguai

Casildo Maldaner (PMDB-SC) considerou preocupante a notícia de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá financiar a construção de um superporto na cidade de Roja, no Uruguai. Ele apontou a necessidade de melhores portos, rodovias, aeroportos e ferrovias no Brasil.

O senador disse que, embora ainda não tenha sido realizada, a negociação foi confirmada pelo BNDES. Para ele, “só a notícia já deve manter a todos em alerta” porque a construção do superporto no Uruguai traria um grande prejuízo ao Brasil.

— Se no Uruguai é possível construir um porto com tamanhas dimensões, com investimento brasileiro, por que não são feitos estudos técnicos para averiguar a possibilidade de melhoria dos nossos portos, como no Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul? — questionou o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lei permitirá salto tecnológico, diz ministro

Em audiência no Senado, titular da Ciência e Tecnologia apontou a importância de aprovar propostas legislativas em tramitação para o desenvolvimento científico do país

O MINISTRO DA Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina, afirmou durante audiência ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que a aprovação de projetos de lei que tramitam no Congresso será decisiva para o país conseguir dar um salto em ciência e inovação tecnológica.

Campolina se referiu ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 619/2011, de autoria do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Com 81 artigos, a proposta já foi aprovada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ) e terá decisão terminativa na CCT, onde aguarda relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O ministro também se referiu à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, que consolida as normas para o desenvolvimento científico no Brasil. Aprovada na Câmara, chegou este ano ao Senado e aguarda designação de relator na CCJ. Uma das alterações que o autor propõe fazer na Constituição é permitir que haja remanejamento ou transferência de recursos para as atividades de ciência, tecnologia e inovação de uma categoria de programação para a outra, sem a necessidade de prévia autorização legislativa, mediante ato do Executivo.

— Essa legislação é decisiva para destravar a ponte entre o mundo científico e acadêmico, o sistema governamental, as



Ao lado do presidente da CCT, Zeze Perrella, ministro Campolina fala sobre as prioridades e as ações da pasta para 2014

instituições de fomento e as empresas — afirmou.

Segundo o ministro, a ordem global está mudando e as economias centrais, como Estados Unidos, Europa e Japão estão em queda em relação à participação no produto interno bruto mundial, enquanto outros países estão crescendo, como China e Brasil.

— Hoje, a ordem global passa por uma concertação de um conjunto de países, mostrando as dificuldades que existem na governança mundial em mutação e a possibilidade que países, como o Brasil, terão diante dessa reconfiguração da ordem global. Nós só vamos conseguir ter uma posição de destaque se fortalecermos a nossa economia — disse.

Prioridades

Clelio Campolina, que atendeu convite da CCT para falar das ações e prioridades de sua pasta em 2014, explicou que o orçamento do ministé-

rio, de cerca de R\$ 7 bilhões, é dividido em uma parcela para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a outra é o orçamento da pasta propriamente dito.

O ministro destacou vários programas e projetos do ministério. Entre eles, o Programa Ciência sem Fronteira, que viabiliza o estudo de alunos brasileiros no exterior com bolsas de pós-graduação; o Projeto Sirius, que é a montagem de um laboratório de luz síncrotron em Campinas; o reator de multipropósito, que vai produzir radiofármacos para a saúde; o programa de nanotecnologia, chamado Sisnano, já em execução; o Cemaden, um centro de previsão de riscos e desastres ambientais, que está sendo instalado em São José dos Campos; e um navio para pesquisa, que está sendo produzido na China, em parceria com a Marinha brasileira.

— Esse navio será entregue

em novembro e é decisivo, porque nós temos uma plataforma marítima de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, a chamada Amazônia Azul.

Inovação

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) falou que uma das maiores dificuldades hoje do país é a formação de mão de obra. Ele defendeu a integração de pesquisas e a aplicação prática do conhecimento na

vida das pessoas.

— Esse é o desafio que nós temos. Só seremos competitivos com inovação, só seremos inclusivos com inovação — disse o senador.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a melhoria da educação de base para o avanço tecnológico do país. Para ele, sem investir na base da educação, não será possível desenvolver o Brasil. O senador perguntou ao ministro se ele acreditava na federalização da educação básica como caminho para melhorá-la.

— Estou inteiramente de acordo de que a educação básica é fundamental. Com relação à federalização, eu não estou seguro. O país é muito grande. Tenho medo de uma centralização burocrática não funcionar — disse Campolina.

Cristovam argumentou que defende a federalização na carreira do professor, na qualidade dos equipamentos e das instalações físicas, mas que defende a gestão feita pela própria escola.



Walter Pinheiro (PT-BA) e Ana Amélia (PP-RS) prestigiaram, entre outros, a cerimônia de deposição de retrato de Eduardo Braga (PMDB-AM) na galeria de ex-presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Acir Gurgacz destaca projeto que redefine conceito de livro

Acir Gurgacz (PDT-RO) informou que a Câmara promoveu, ontem, debate sobre projeto de autoria dele que atualiza o conceito de livro (PLS 114/2010). A proposta equipara a livro os dispositivos eletrônicos criados para leitura em computador.

Gurgacz explicou que a aprovação da matéria vai garantir a esses dispositivos os benefícios tributários já concedidos ao livro impresso.

— Hoje, com tecnologia existente é contrassenso considerarmos como livro apenas o material impresso. Nos tempos atuais, o formato digital assume grande importância na difusão da cultura e do conhecimento — esclareceu.

Paulo Bauer aponta descuido do governo com gás para o Sul

Paulo Bauer (PSDB-SC) reclamou da aprovação, pelo governo federal, do Plano Nacional de Energia sem incluir as reivindicações dos estados do Sul para garantir mais gás natural para a região.

Ele advertiu que o Sul corre o risco de sofrer desabastecimento do combustível. Por isso, as indústrias da região reivindicaram ao Ministério de Minas e Energia medidas para evitar o desabastecimento.

Sem o atendimento dessas reivindicações, disse ele, a perspectiva é muito ruim para a Região Sul.

— É simplesmente lamentável. O gás natural é hoje a principal fonte de energia para nossas indústrias — alertou.

Senado aprova novo embaixador do Brasil para a Suécia

O Plenário aprovou ontem a indicação de um novo embaixador do Brasil na Suécia. O indicado, Marcos Vinicius Pinta Gama, vai acumular o cargo com a Embaixada do Brasil na Letônia.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em abril, o diplomata ressaltou o caráter de neutralidade da Suécia. O isolamento, disse ele, resultou no desenvolvimento de uma indústria de ponta no setor de defesa, o que inclui a fabricação dos aviões de caça Gripen, que comporão a nova frota da Força Aérea Brasileira.

Gama já ocupou cargos-chave na estrutura do Itamaraty e em organismos internacionais em Londres, onde está desde 2010.

Ricardo Ferraço cobra ações para acolhimento de haitianos

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu ao governo providências para que imigrantes do Haiti e de outros países possam ser bem acolhidos pelo Brasil.

Ele lembrou que a imigração de haitianos para o Brasil se intensificou, a partir de 2010, por causa da crise por que vem passando o Haiti nos últimos anos.

— Nosso governo precisa se organizar o quanto antes e, de forma emergencial, estruturar uma política para acolhimento dos imigrantes. Essa é uma tendência que irá se acelerar nos próximos anos — disse.

Relator da MP 629 recria programa que beneficia exportações

Será retomada na tarde de hoje a reunião em que será votado o relatório da Medida Provisória 629/2013.

A maior alteração do relator, deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM), ao texto editado pela presidente Dilma Rousseff traz de volta o Programa Reintegra, extinto em dezembro de 2013, que garantia renúncia fiscal para empresas produtoras de manufaturados destinados à exportação.

A volta do Reintegra é determinada em duas emendas acatadas pelo relator, Humberto Costa (PT-PE).

— Ao receber essas emendas, o Reintegra fica reativado e seu prazo será prorrogado até 2017 — esclareceu o deputado.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Grupo de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos foi ao Rio acompanhar as investigações sobre a morte do coronel Paulo Malhões, que havia confessado crimes de tortura durante a ditadura militar

A senadores, caseiro nega ter parte na morte de coronel

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) informou ontem que o caseiro Rogério Pires, suspeito de ter participado da morte do coronel reformado do Exército Paulo Malhões, negou envolvimento no crime. Na versão da polícia civil, o caseiro confessou a participação no latrocínio (roubo seguido de morte), no sítio do coronel, na Baixada Fluminense.

— Ele não confessou o crime, disse que não participou de nada, não sabia de nada, enfim, não confirmou a participação dele em momento algum — disse à imprensa a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES).

Ela conversou com o caseiro Rogério na Divisão Antissequestro do Rio, acompanhada dos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), também membros da CDH.

Segundo Ana Rita, o caseiro, que é analfabeto, foi ouvido pela polícia civil sem a presença de um advogado.

— Nos estranhou muito uma pessoa como ele, que não sabe ler, não sabe escrever, não tem nenhuma escolarização, ter prestado depoimento sem um advogado. Isso é muito estranho.

A senadora disse que Rogério não apresenta marcas de tortura e negou ter sido pressionado a prestar o depoimento à Divisão de Homicídios



João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Wadih Damous e Ana Rita durante diligência

da Baixada Fluminense.

— Isto foi perguntado expressamente: se ele, em algum momento, admitiu ter participado do assalto e do assassinato do coronel. Ele negou peremptoriamente. Disse que em nenhum momento admitiu isso [o crime] — acrescentou o presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous, que acompanhou a visita oficial da comitiva do Senado à delegacia.

O caseiro também contou à comitiva que não sabia da participação dos irmãos dele no crime. Segundo Rogério, que ficou amarrado com a esposa do coronel durante o episódio no sítio, ele identificou os parentes por uma tatuagem, já que dois envolvidos usavam capuz. Ele também revelou que um dos envolvidos falava ao telefone no momento da ação, o que, na avaliação de João Capiberibe, pode ser um

sinal da participação de mais pessoas.

Para o senador Randolfe, as declarações do caseiro levantam suspeitas sobre a possibilidade de execução do coronel Malhões.

— Essa é uma das hipóteses com que estamos trabalhando — disse.

O coronel Malhões tinha confessado à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro ter participado ativamente de tortura de presos políticos durante a ditadura militar e deu detalhes sobre a prática.

A Comissão de Direitos Humanos disse que solicitará imediatamente auxílio jurídico para o caseiro, por meio da Defensoria Pública, além de proteção à família dele. A comitiva do Senado se reuniu ainda com o chefe da Polícia Civil do Rio, Fernando Veloso, para tratar do caso.

(Da Agência Brasil)

Eduardo Suplicy homenageia dom Tomás Balduino

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pelo falecimento de dom Tomás Balduino, bispo emérito da cidade de Goiás e fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aos 91 anos de idade, na sexta-feira. O parlamentar também solicitou a apresentação de condolências aos familiares, à Comissão Pastoral da Terra, ao Conselho Indigenista

Missionário (Cimi), à Ordem dos Pregadores, à Arquidiocese de Goiânia e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Suplicy homenageou dom Tomás, lembrando a trajetória religiosa e o trabalho que o bispo desenvolveu na defesa dos direitos humanos,



Waldemar Buratto/Agência Senado

especialmente junto aos povos indígenas e aos trabalhadores sem-terra.

A preocupação permanente de dom Tomás com os mais pobres e com a questão da terra, mesmo com a saúde debilitada e internado no hospital, foi destacada pelo parlamentar.

Após questionamento, Plenário aprova novo diretor da ANS

O Senado aprovou ontem, por 39 votos a 12, a indicação de José Carlos de Souza Abrahão (foto) para cargo de direção na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), instituição que atua na regulação dos planos de saúde. Um dos votos contrários, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que o indicado foi presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS), entidade que representa os estabelecimentos privados de saúde no país.

Randolfe citou artigo publicado em 2010 no jornal *Folha de S.Paulo* em que Abrahão alega a inconstitucionalidade do ressarcimento dos planos de saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esse tipo de

recurso, segundo o senador, é julgado pela ANS.

Relator da indicação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Humberto Costa (PT-PE) defendeu a aprovação. Para ele, o indicado preenche todos os requisitos para ocupar o cargo. Além disso, sempre teria demonstrado ser um

parceiro do SUS, tendo ajudado na discussão de propostas e projetos para melhorar a qualidade da assistência.

Humberto afirmou que não cabe restrição ao indicado por ter trabalhado em uma área regulada pela agência, já que não há impedimento legal. Ele sugeriu que, se for o caso, o Senado discuta a imposição dessa limitação.



José Cruz/Agência Senado

Senado autoriza recondução de Jaime Oliveira à direção da Anvisa

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 41 votos a 9, a recondução de Jaime César de Moura Oliveira para o cargo de diretor na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A agência reguladora tem como uma das atribuições o registro de novos medicamentos no país.

Jaime Cesar Oliveira é advogado e tem dois mestrados, nas áreas de bioética e saúde pública. Ele está na agência desde 2011, onde é responsável pela Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, acumulando ainda a Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário.



José Cruz/Agência Senado

Mozarildo propõe criação do Estatuto da Carreira Médica

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ao Executivo e ao Legislativo para que trabalhem em conjunto pela melhoria da saúde no Brasil. O senador propôs um levantamento dos projetos em tramitação no Congresso relacionados à área da saúde, de modo a criar um estatuto da carreira médica. Para Mozarildo, a

legislação precisa garantir dignidade aos médicos, com uma carreira de Estado e investimentos na qualificação dos profissionais.

— Será uma espécie de mutirão para que nós possamos ter uma lei que represente os anseios da população, os anseios da classe médica e os anseios do governo federal — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Final da Copa das Confederações, no Maracanã: sediar grandes eventos exige presença do poder público, diz Nascimento

Lei da Copa pode prever convênios para segurança

Projeto aprovado ontem em comissão busca fortalecer atuação de órgãos administrativos e judiciais de estados e municípios também durante shows e outras atividades, a partir de iniciativa da União

A LEI GERAL da Copa (Lei 12.663/2012) poderá ser modificada para atribuir à União a iniciativa de celebrar convênios com estados, municípios e o Distrito Federal para garantir a segurança dos participantes de grandes eventos. Projeto (PLS 320/2013) de Alfredo Nascimento (PR-AM) foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta abre a possibilidade de convênios para fortalecer a atuação de órgãos administrativos e judiciais locais não apenas durante competições esportivas, mas também grandes shows e

outras atividades artísticas, religiosas, culturais e de lazer.

Nascimento argumenta que, a partir da realização da Copa do Mundo, o país deverá sediar outros eventos que atrairão grande número de pessoas. Essa situação, afirma, exigirá maior presença do poder público, “para que seja garantida a segurança e a tranquilidade de todos que participam dessas atividades”.

No entanto, ele observa que muitos municípios não dispõem de estrutura e pessoal necessário para oferecer bem-estar ao público. Essas deficiências seriam supridas

por meio de convênios com o governo federal, reforçando o “federalismo cooperativo, no qual as competências da União, estados e municípios se complementam”.

O relator na CE, Alvaro Dias (PSDB-PR), observa que, apesar de já ser possível a realização de convênios entre as unidades da Federação, é relevante explicitar o papel da União em propor novos instrumentos de cooperação.

O projeto segue para análise das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ), onde receberá votação final.

Humberto Costa condena violência nos estádios



na partida entre o time de Pernambuco e o Paraná Clube, na sexta-feira, no Recife.

— É preciso acabar com a impunidade dos bandidos que promovem badernas em estádios e assassinam torcedores — disse o parlamentar, em pronunciamento em Plenário ontem.

Um dos responsáveis já está detido e a polícia ainda procura por outros envolvidos, disse o senador.

Afirmado que não entende como um evento esportivo pode despertar tanta violência, Humberto acrescentou que é preciso lutar contra isso, com a polícia investigando e prendendo e a Justiça cumprindo a lei e punindo o criminoso.

— Esse problema só vai ser enfrentado se nós o abordarmos de forma ampla: educando os torcedores, reprimindo os que agem assim, apenando os clubes, é verdade, mas acima de tudo acabando com a impunidade desses bandidos que formam boa parte das torcidas organizadas do Brasil — disse.

Ana Amélia confirma presença de ministro em debate sobre a Copa

A vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Ana Amélia (PP-RS), confirmou ontem a participação do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, no debate sobre a realização da Copa do Mundo, marcado para 15 de maio. Ela lembrou a promoção hoje, às 10h, de audiência para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 31/2009, que trata do reconhecimento legal da atividade de capoeira. A iniciativa da discussão partiu de Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O debate sobre a regulamentação da capoeira deve contar com a participação de Célia Maria Corsino, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Gersonilto Heleno de Sousa, da Confederação Brasileira de Capoeira; dos mestres de capoeira Hélio Tabosa de Moraes e Reginaldo da Silveira Costa; e de Hilton Cobra e Alexandre Reis, da Fundação Palmares.

Por falta de quórum, a CE não teve condições de votar, entre outras propostas, o PLC 68/2013, que cria um programa educacional para combater a prática de *bullying*, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011, de Roberto Requião (PMDB-PR), que estabelece o reconhecimento automático no Brasil de diplomas expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras. As matérias devem voltar à pauta na próxima semana.

Avança reserva de ingressos gratuitos em espetáculos

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de lei (PLS 458/2011) de Humberto Costa (PT-PE) que estabelece a reserva de ingressos de espetáculos realizados em espaços públicos para distribuição gratuita a entidades beneficentes de assistência social.

Ao justificar a iniciativa, o senador observou que os espaços públicos urbanos sempre desempenharam funções de socialização e de conagração de diferentes grupos sociais. No entanto, segundo ele, com as mudanças contemporâneas, “é frequente ser autorizado o uso de tais espaços para eventos não gratuitos, o que termina por fazer com que os espaços funcionem como elemento de separação entre os grupos sociais”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) argumentou, por

outro lado, não ser possível impor a obrigatoriedade de distribuição gratuita de ingressos aos produtores de espetáculos culturais, às voltas com investimentos “de altíssimo risco”. Mas considerou meritória a subvenção de certas apresentações com recursos públicos, para que pessoas atendidas por entidades beneficentes também pudessem assisti-las.

Após entendimento entre a relatora, Ana Amélia (PP-RS), e Aloysio Nunes, o alcance da medida sofreu ajustes. Humberto propôs que fossem reservados 10% dos ingressos, mas, por meio de emenda da relatora, o índice foi reduzido para 2% e o custo da distribuição desses ingressos gratuitos foi transferido para o poder público.

O PLS 458/2011 segue agora para votação final, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Alcance da medida foi ajustado após acordo com a relatora, Ana Amélia

Financiamento e qualidade da educação são tema de debate

A comissão especial externa para o financiamento da educação debate hoje, em audiência pública, soluções que permitam mais recursos para o sistema educacional. O público terá uma série de canais para entrar em contato com senadores e convidados.

Participam da audiência Alejandra Meraz Velasco, gerente da área técnica do movimento Todos pela Educação, e Idevaldo Bodião, membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O Todos pela Educação é um movimento da sociedade cuja missão é contribuir para que até 2022 todas as crianças e jovens tenham acesso a educação básica de qualidade. Defende também mais recursos para a área de educação, com

gerenciamento eficiente.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação reúne mais de 200 grupos e entidades de todo o país. O propósito é assegurar a todos educação básica pública, gratuita e de qualidade.

A comissão para o financiamento da educação é formada por dez senadores e foi criada no final de 2013 por ato do presidente do Senado, Renan Calheiros, que considerou a permanência do Brasil em 85º lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a penúltima posição do país na relação global de qualidade de educação da Economist Intelligence Unit (EIU).

O grupo é presidido por Ângela Portela (PT-RR) e tem Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CTEDUC2EC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CTEDUC2AS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #Educação	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/CTEDUC	

Senadores e deputados devem definir se as investigações sobre irregularidades na estatal do petróleo serão conduzidas por um colegiado misto ou exclusivo do Senado

Congresso decide hoje sobre a CPI da Petrobras

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, convocou para as 20h de hoje sessão do Congresso que vai tentar acabar com o impasse sobre como as denúncias de irregularidades na Petrobras serão investigadas: se por uma CPI apenas do Senado, uma CPI mista (com senadores e deputados) ou as duas ao mesmo tempo.

— Eu vou recuar da minha decisão, de ofício, e vou pedir aos líderes, na sequência, interpretando da mesma forma a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal [STF], que eles indiquem os membros da comissão — disse.

Renan anunciou que hoje responderá às questões de ordem formuladas na sessão do Congresso do dia 15, quando deputados pediram posicionamento sobre os dois requerimentos de criação de CPIs mistas, uma apenas sobre a Petrobras e outra que investigaria também denúncias de irregularidades no metrô de São Paulo e outros casos.

— Nós teremos tantas CPIs quantos requerimentos tivermos com fato determinado, número mínimo de assinaturas e prazo para investigação. Não cabe ao presidente do Senado estabelecer qual é a CPI que vai funcionar. Vou interpretar o encaminhamento a partir da liminar que foi concedida ao Senado.

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a oposição vai lutar pela CPI mista.

— O que divide o território é a determinação da oposição de instalar não a CPI, e sim a CPI mista — afirmou.

De acordo com Agripino, a CPI mista terá 16 senadores e 16 deputados, ficando em 17 parlamentares o quórum mínimo para instalar a comissão.

Alvaro Dias (PSDB-PR) considera absurda a possibilidade de duas CPIs funcionarem ao mesmo tempo investigando os mesmos fatos determinados.



Renan anuncia que pedirá aos líderes partidários indicações para a CPI

— Não há razão para isso. Seria uma brincadeira de mau gosto. Uma opção tem que ser feita agora — disse.

O senador reafirmou a preferência da oposição pela CPI mista e disse ver indícios de tentativa de atrasar o processo.

— Não basta o presidente Renan anunciar a instalação da CPI. É preciso que as lideranças indiquem os componentes. Parece que está havendo ainda um desejo de protelação. O governo está trabalhando com o calendário deste ano, que é diferente por causa da Copa do Mundo e das eleições, e procurando ganhar o máximo de tempo possível — afirmou.

Instalação imediata

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a oposição cobra de Renan a instalação imediata da CPI mista.

— Vou repetir o que tenho dito: uma CPI não prejudica e muito menos pré-condena quem quer que seja. É a oportunidade de a sociedade saber de que forma a maior empresa brasileira, a Petrobras, vem sendo governada ao longo dos últimos anos. Não há mais como adiar a instalação da CPI mista.

Apenas o PSDB já indicou os membros para uma possível CPI mista. Com o prosseguimento do impasse, o partido não apontou integrantes para

uma possível CPI no Senado.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), argumenta que uma CPI apenas com senadores poderá investigar com serenidade.

— Nós queremos instalar a CPI no Senado, fizemos as nossas indicações. A oposição não indicou os nomes. Está provado que a oposição não quer fazer a investigação. Quer fazer auê — provocou.

No Senado, não há prazo para os líderes indicarem integrantes para a CPI, mas uma decisão do STF, na época da CPI dos Bingos, determina a aplicação do Regimento Interno da Câmara, por analogia. Assim, o prazo é de cinco sessões para os líderes indicarem. Caso não indiquem, cabe ao presidente fazer as indicações em até três sessões.

Há duas semanas, a ministra do STF Rosa Weber determinou, em caráter liminar, a imediata instalação de uma CPI exclusiva da Petrobras no Senado, sem incluir denúncias de irregularidades nos metrô de São Paulo e outras, como querem os senadores aliados do governo. Ainda não há definição sobre se o mesmo entendimento será estendido à CPI mista. Na segunda-feira, o Senado entrou com recurso contra a decisão, apontando uma “ingerência” do Judiciário. A resposta final cabe ao Plenário do STF.

PMDB indica Vital do Rêgo para presidir a comissão no Senado

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), indicou Vital do Rêgo (PMDB-PB) para comandar uma CPI da Petrobras se ela for instalada apenas no Senado, com 13 integrantes. O relator deverá ser José Pimentel (PT-CE). Os outros oito integrantes a que os partidos governistas têm direito também já foram indicados. A oposição ainda não fez indicações para as três vagas que lhe cabem porque acredita que isso poderia prejudicar a instalação de uma CPI mais ampla, com senadores e deputados.

Segundo Renan, PSDB e DEM têm até amanhã para fazer as indicações. Caso isso não ocorra, ele mesmo deverá apontar os nomes, no prazo de até três sessões plenárias.

Além de Vital e Pimentel, foram indicados como titulares, pelos partidos governistas, João Alberto Souza (PMDB-MA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ciro Nogueira (PP-PI), Anibal Diniz (PT-AC), Humberto Costa (PT-PE), Acir Gurgacz (PDT-RO), Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) e Gim (PTB-DF).

Humberto disse que, se a oposição não fizer as indicações, a CPI poderia iniciar os trabalhos hoje mesmo.

Para o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), a CPI mista terá mais autoridade política para investigar.

— Duas CPIs sobre o mesmo objeto seria um grande desperdício de esforços e energia e cobriria de ridículo o Congresso. O governo está como barata tonta, o governo quer desmoralizar o instituto da CPI. Não queria nenhuma CPI, depois queria só a do Senado e agora quer as duas.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou de Aloysio os nomes do PSDB para integrar a CPI.

— Vocês entraram com recurso no STF e ganharam. A oposição quer apenas o debate político-eleitoral, não que investigar nada.

Aécio argumentou que os deputados não devem ser privados de participar das investigações. Mário Couto (PSDB-PA) também defendeu a instalação da CPI mista.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que as denúncias de irregularidades na estatal já estão sendo investigadas pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal e Tribunal de Contas da União. Para ele, a oposição quer politizar a questão.

Pedro Simon (PMDB-RS) classificou de “lamentável e ridícula” a situação. Em sua opinião, Renan tem autoridade para determinar que seja instalada apenas uma comissão. Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que o Senado é uma casa política e que a CPI é um instrumento político.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu a CPI mista por entender que seria “ridículo” o Senado e o Congresso investigarem os mesmos fatos em duas comissões. Magno Malta (PR-ES) disse que o “sangramento” na Petrobras precisa ser investigado.



Se aprovado, colegiado presidido por Vital do Rêgo terá 13 membros

Humberto cobra apoio para investigar metrô de São Paulo

Humberto Costa está colhendo assinaturas para a abertura de uma outra CPI que investigue as denúncias de irregularidades nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal, durante gestões do PSDB e do DEM. Ele apelou a todos que apoiaram a CPI da Petrobras para que ajudem a criar mais essa CPI.

— Todos viram aqui, mais de uma vez, o presidente do PSDB e candidato a presidente da República, Aécio Neves, dizer: “Tragam a CPI que eu assinarei”. Até agora nós estamos aguardando a assinatura dele e de outros integrantes do PSDB, além de todos aqueles que assinaram qualquer uma das CPIs — afirmou.

Em resposta, Aécio afirmou que, assim que receber o pedido para a criação da CPI do Metrô de São Paulo, vai assiná-lo. O senador tucano cobrou, porém, o início imediato das investigações sobre a Petrobras pelo Congresso.

Aloysio diz que há denúncias de cartel em empresas federais

Aloysio Nunes Ferreira chamou de farsa a proposta do PT de criar uma CPI para apurar cartel e outras irregularidades no fornecimento de trens para o metrô de São Paulo. Ele lembrou que o caso foi investigado pelo Ministério Público e que tramitam na Justiça várias ações penais contra empresários e ex-funcionários.

O senador disse que só assina a proposta se também forem investigados todos os cartéis apontados pelo Ministério da Justiça em empreendimentos envolvendo empresas do governo federal, nos metrô de Belo Horizonte, Recife e Distrito Federal. Para ele, trata-se de uma tentativa do PT de desviar a atenção da CPI para investigar a Petrobras.



Mário Couto afirma que o PT acabou com a Petrobras

A presidente Dilma Rousseff só anunciou que o governo vai aumentar o Bolsa Família em 10% porque está caindo nas pesquisas eleitorais, disse Mário Couto (PSDB-PA). Para ele, a medida não vai melhorar a imagem do governo junto à população, que hoje se queixa da situação da saúde, da educação e da segurança. Couto disse que Dilma tem que torcer para que o Brasil ganhe a Copa.

— O PT acabou com a Petrobras. A inflação dispara. O risco Brasil aumenta. Os empréstimos a países ditadores aumentam a toda hora. Bilhões, a Dilma dá. Bilhões. Deu até ao irmão do Fidel Castro. Saúde, educação, estradas, vias, rodovias: tudo acabado neste país — afirmou o senador.

